



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



FLORENÇA, ITÁLIA, 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 1999

**I – Durante a sessão A nova economia: igualdade e oportunidade
(ao ser convidado a manifestar-se sobre o tema da sessão)**

Mr. Prime Minister, dear Friends. I would like to speak in my own language. I would like to explain how difficult it is to belong to the so-called Third World, because on top of the problems that we have to face, and that are very similar to those you have to face in your own countries, we have to face additional problems. So I will give you another problem – to understand Portuguese.

O tema proposto pelo Primeiro-Ministro D'Alema é mais do que pertinente. Apenas gostaria de dar o sentido das dificuldades adicionais que se colocam a alguém que governa um país que ainda é um país em processo de desenvolvimento, que tem que resolver problemas que foram resolvidos pelos países hoje industrializados, e, ao mesmo tempo, tem que se colocar os mesmos problemas que esses países hoje industrializados estão se colocando, e que foram tão bem resumidos nas conferências de ontem e na exposição do Presidente Clinton hoje aqui.

Eu me referirei apenas a três questões, para iniciar. Primeira: não há país hoje, diante da globalização, que se possa dar ao luxo de ter uma

economia doméstica que não siga certas regras, e que sejam regras sancionadas, aprovadas pela economia internacional, pelo sistema internacional. Não é possível deixar de ter uma política de controle da inflação; não é possível deixar de ter uma política que conduza a maior eficiência; não é possível, em consequência, deixar de ter uma política que leve ao controle do gasto público. Este é o primeiro desafio, que implica um procedimento de governo que, dada a ausência de capital disponível, dada a ausência de recursos fiscais à disposição dos governos, nos leve permanentemente a escolhas que são dramáticas. Ou bem se controla a inflação e se coloca a economia em condições de interagir com o sistema internacional, ou bem se atendem, com mais rapidez, as imensas demandas sociais que existem nesses países.

Se eu puder fazer alusão a um filme famoso, eu direi que todo dia estamos fazendo “a escolha de Sofia”. Mantenho o orçamento equilibrado ou aumento o gasto com a educação? Mantenho o orçamento equilibrado ou aumento os pagamentos com as pensões? Mantenho o orçamento equilibrado ou dou mais atenção à saúde da população? Naturalmente, esse paradoxo levado aos extremos não tem solução. Serve a uma certa dose de bom senso, de tal maneira que permita fazer uma política que simultaneamente seja equilibrada e que não destrua o tecido da sociedade, e que possa conservar, ao máximo, um mínimo de condições sociais para que haja uma sociedade coesa. Este é o primeiro desafio de qualquer pessoa que tenha realmente um *commitment* com a disposição de atender a população por meio de políticas sociais, mas que também tenha responsabilidade de governo.

A segunda questão. Para que isso possa ser feito num país como o Brasil, é preciso reformar o Estado. E os eleitores, como aqui na Itália, como nos EUA, como na França, como na Inglaterra, como na Alemanha, entregaram-nos a decisão de evitar, ao mesmo tempo, a pesada mão da burocracia, que sufoca o dinamismo da economia, e, por outro lado, o fundamentalismo do mercado, que sufoca o conjunto da população. É preciso reformar esse Estado. É preciso tornar o Estado mais descentralizado, mais baseado nas organizações locais, suscitando o apoio das comunidades, fazendo com que a sociedade civil participe

crescentemente das decisões do Estado, das decisões do governo. Mas, ao mesmo tempo, não perder nunca de vista que, sem que haja um governo competente, o fundamentalismo do mercado sufocará totalmente as possibilidades de bem-estar social.

E a reforma do Estado é fácil de se falar, mas muito difícil de se implementar. Os interesses enraizados no Estado, que são antigos, que juntam hoje a esquerda atrasada com a direita cega, bloqueiam a ação reformadora. Tentam bloquear a ação reformadora ou tentam fazer passar a idéia de que qualquer caminho que se poderia chamar de terceira via na verdade não é mais do que um disfarce para a manutenção de uma economia de mercado. Por isso estão enraizados no Estado e querem atuar em favor dos interesses dos grupos dominantes de sempre. Apóiam, entre aspas, as “teses mais à esquerda” para bloquear qualquer renovação no aparelho do Estado, para romper o patrimonialismo, as práticas tradicionais que impedem que esse mesmo Estado seja eficiente e possa servir, ao mesmo tempo, ao crescimento econômico e ao bem-estar da população. Portanto, há dificuldades tremendas para conciliar as responsabilidades de governo com as exigências da sociedade, com as lutas terríveis para avançar nas reformas necessárias no aparelho do Estado, sem cair no fundamentalismo do mercado nem no burocratismo autoritário. Este foi o segundo ponto.

Terceiro tema. Simultaneamente, são países que ainda precisam dar velocidade à acumulação do capital, mas que não podem mais, nem devem, basear essa velocidade na exploração do que se chamava “capitalismo selvagem”. Ou seja, as regras sociais se impõem mesmo no processo produtivo: meio ambiente, cuidado com as crianças, evitar que trabalhem em trabalhos penosos, aumentar a inclusão social, e não a exclusão social. Temos desenvolvido um programa intenso nessa direção. Eu penso que, para que nós possamos, ao mesmo tempo, acumular os capitais necessários e fazer o desenvolvimento, nós temos, recorrendo às palavras do Presidente Clinton, de aproveitar as vantagens da nova economia; generalizar o uso da Internet; dar mais acesso aos meios de tecnologia moderna e dar um salto. Populações que até há pouco eram quase iletradas devem estar cada vez mais aptas

a aflorar neste mundo novo da nova economia. E aumentar a expansão da força de trabalho, aumentar a mobilidade social.

Darei alguns poucos exemplos. Estamos fazendo um grande esforço no Brasil para que nós tenhamos todas as crianças em idade escolar nas escolas. Isto é algo que na Europa pode parecer longe de ser um ideal, pois aqui ele já foi alcançado, mas nós ainda estamos lutando. Posso dizer-lhes que, hoje, 96% das crianças em idade escolar estão nas escolas públicas brasileiras. E que o grau de analfabetismo – que ainda é alto, numa média de 16% –, quando se toma como exemplo a faixa de idade que vai de 5 a 15 anos, cai para 4%. Ou seja, que no futuro eliminaremos o analfabetismo. Da mesma maneira, posso dizer-lhes que aumentamos as matrículas nas escolas primárias, nas escolas básicas. Temos 37 milhões de estudantes em escolas primárias. Cada um recebe, pelo menos, um prato de comida por dia. É um programa de nutrição que temos no Brasil. Houve, junto com a expansão de matrícula na escola básica, o aumento da matrícula na escola secundária, que foi – e os números são corretos – mais de 50% em cinco anos, porque houve uma pressão muito grande por parte dos que terminaram a escola básica.

Acho que este é o verdadeiro caminho para a reforma, que tem consequências estruturais em um país em desenvolvimento. E nestes programas não é possível fazer cortes. Nestes programas o ajuste necessário da economia não pode ser um motivo para que eles venham a ser deformados.

Da mesma maneira, é preciso preservar as condições básicas da saúde. Estamos criando mecanismos que atendam a população mais pobre. Criamos certos programas chamados “médicos de família”, “agentes comunitários de família”, para dar os mesmos cuidados, e com isso reduzimos a mortalidade infantil de 44 por 1.000 para 36 por 1.000. Ainda é elevado na média, mas em certas regiões, com os programas focalizados, essas taxas de mortalidade caíram a níveis bastante aceitáveis. E continuaremos nessa direção: saúde, educação, acesso à terra.

Fizemos um programa de redistribuição de terras que talvez seja o maior em curso hoje em dia. Conseguimos oferecer terra para 280 mil famílias em quatro anos, atingindo mais de 1 milhão de pessoas e

desapropriando uma área correspondente a cerca de 10 milhões de hectares de terra, que corresponde mais ou menos a duas ou três vezes a Bélgica.

Termino dizendo que dei esses exemplos, talvez um pouco disparatados para países já desenvolvidos, para mostrar que temos, ao mesmo tempo, de generalizar a Internet, participar ativamente – o que vamos examinar na segunda parte da reunião – da organização da ordem financeira internacional. Criar condições de desenvolvimento, reformar o Estado, manter a economia sob controle, enfrentar problemas que são do século passado, como é a democratização da terra, acabar com problemas que também são do começo deste século, como são para os senhores os da educação, fazer com que as crianças morram menos por falta de cuidados – são problemas que não teriam mais sentido neste mundo globalizado. De alguma maneira, temos que simultaneamente resolver o passado e apontar para o futuro no mais breve tempo possível.

Isto é o que eu chamo... não sei que via. É a via da decência e da dignidade. Muito obrigado.

II – Durante a sessão A nova economia: igualdade e oportunidade (ao comentar o tema da nova arquitetura do sistema financeiro internacional)

Este talvez seja o tema que mais me apaixona nas discussões que temos levado adiante nos países que chamamos hoje de economias emergentes. Por quê? Porque são essas economias que sofrem mais direta e imediatamente as consequências das crises derivadas da falta de uma regulamentação mínima, e de previsibilidade, nos mercados internacionais.

Só para dar o exemplo direto do Brasil. Depois de termos conseguido controlar a inflação em 1994, logo em seguida veio a crise provocada pelo México, ou melhor, pela economia internacional no México, em dezembro de 1994. Passei os primeiros meses do meu governo tentando evitar as consequências negativas dessa crise. A receita é conhecida: aumentar as taxas de juros, diminuir a demanda interna, baixar a taxa de crescimento para controlar a inflação. Na tentativa que fizemos em

março de 1995 para seguir essa receita, perdemos em um só mês 10 bilhões de dólares das reservas e colocamos as taxas de juros nas alturas.

Em 1996, recuperamos a capacidade de crescer. Nestes últimos cinco anos, a economia cresceu, no conjunto, entre 18 e 20%. Mas em 1997 veio a crise da Ásia. Em outubro de 1997, novamente parecia que havia que voltar à receita, e assim fizemos. Aumentamos as taxas de juros, que chegaram a mais de 30% ao ano em termos reais, freamos a economia, conseguimos restabelecer a volta de capitais de curto prazo para o país e, em janeiro de 1998, já retomamos o crescimento.

Quando chegamos ao segundo semestre do ano passado, crise na Rússia. A crise da Rússia fez com que os mercados internacionais começassem a comparar todos os países chamados emergentes à Rússia. O Brasil não tinha nada a ver com a situação da Rússia. Era um país democrático, com a situação dos bancos sólida, porque havíamos feito um saneamento financeiro muito forte, sem a corrupção que atribuem a alguns outros países. Tudo sob controle, menos as expectativas.

As expectativas, hoje, funcionam no plano internacional. Uma *newsletter* de um banco desencadeia uma crise. Isso aconteceu. Em setembro de 1998, em plena campanha eleitoral para a minha reeleição, perdemos, em um só mês, 20 bilhões de dólares das reservas. Por sorte, as reservas eram altas, cerca de 70 bilhões de dólares. Tínhamos feito tudo que era necessário fazer para manter o câmbio equilibrado. Mesmo assim, pelo chamado “contágio”, veio a crise.

Tentamos superar essa crise no fim do ano passado. Tivemos apoio do Fundo Monetário, do Presidente Clinton, dos Presidentes dos Bancos Centrais sob inspiração dos presidentes dos vários países desenvolvidos, e nos foram dados os recursos do chamado *contingency fund*. Eu havia feito preventivamente, em plena campanha eleitoral, um discurso dizendo que teríamos que seguir um caminho muito duro, de corte de despesas, de mais juros altos, de ter que produzir superávits primários nas nossas contas públicas. Ainda assim, ganhei as eleições. Talvez, se as eleições fossem alguns meses depois, não as tivesse ganho, porque as consequências da crise foram devastadoras.

Em janeiro deste ano, houve a desvalorização do Real de cerca de 40%. A expectativa de inflação, depois de cinco anos de controle, era a de que ela chegaria a 50% este ano. De novo, as taxas de juros foram para 45%. Freada a taxa de crescimento econômico. Controle dos orçamentos. E agora, no segundo semestre deste ano, conseguimos verificar que controlamos pela segunda vez a inflação. A inflação não vai passar este ano de 8%. A previsão era de 50%. No Brasil, quando eu era Ministro da Fazenda, em 1993, a inflação era de 40% ao mês. Logo, ter conseguido depois da desvalorização chegar aos 8% de inflação ao ano foi um esforço muito grande. Quanto à taxa de crescimento, que se imaginava fosse ser negativa, estamos chegando ao final do ano e vamos ter uma pequena taxa positiva.

As perdas sociais são imensas. Conseguimos controlar o processo de aceleração da taxa de desemprego. A taxa de desemprego este ano é levemente inferior à taxa de desemprego do ano passado, que chega ao redor de 7,5% da população economicamente ativa. Na Europa, isso não será muito. Para nós, é. Porque significou um aumento de 40% da taxa histórica de desemprego, que gira ao redor de 5%.

Não obstante, estamos de novo com o horizonte aberto para o ano 2000. A expectativa é de um crescimento de 4% ao ano, inflação anual de 6%, taxa de desemprego caindo, taxa de juros baixando fortemente (em termos reais deve estar em 11 ou 12%).

Agora, eu pergunto: até quando? E se ocorrer uma outra crise. Uma crise na Conchinchina, que não existe mais. De novo o contágio? De novo a impossibilidade de se fazer separação entre as políticas que estão sendo postas em prática? De novo, pelos meios eletrônicos, os bilhões de reserva vão embora?

Não é justo. Se não é justo, precisamos regulamentar melhor essa ordem internacional. Regulamentar não significa bloquear o fluxo de capitais. Mas significa dotar o Fundo Monetário Internacional de instrumentos mais ágeis para colocar à disposição dos países, que seguem uma política justa, recursos para que eles se possam contrapor a essas tendências selvagens de perda de patrimônio. Significa pensar com coragem.

Eu sei que isso arrepiava os economistas mais ortodoxos. Mas por que não imaginar-se uma taxa para os capitais voláteis? Não na saída dos capitais dos países, para não freá-los, mas na entrada, para que nós possamos ter um colchão de proteção à disposição do Fundo Monetário, uma parte, e no Banco Mundial, outra parte, para o desenvolvimento das economias mais pobres. Houve um economista americano que propôs isso. Chama-se Tobin. Hoje, quando se fala na “Tobin tax”, isso provoca uma urticária nas cabeças dos que imaginam que os mercados não podem ser controlados. Eu não sei, porque não sou técnico. Mas alguma maneira nós haveremos de encontrar para dispormos de instrumentos mais ágeis.

Graças a uma iniciativa do Presidente Clinton, temos hoje o G-20, que é importante. É a discussão que se faz não apenas entre os países mais ricos, mas que inclui os países em desenvolvimento para definir alguns mecanismos de previsão de crises, de maior transparência. Não só nos países em desenvolvimento, porque as crises são geradas não só nos países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos pelos mecanismos de especulação altamente – como se diz hoje – alavancados, com um *high degree of leverage* nesses países. Pelo menos isso é preciso controlar. É preciso que haja transparência, previsão de crises e mecanismos à disposição da comunidade internacional para fazer frente a esses desafios novos.

Se continuarmos com esse déficit de “governança” internacional, os países emergentes terão dificuldades em desenvolver-se. Esse é um déficit que estamos enfrentando em nível internacional. Se discutirmos aqui a melhor maneira de aperfeiçoar a governança interna dos países, porque não examinarmos por alguns momentos como podemos aprimorar a governança em nível global? Vamos discutir esse tema, o que ele significa: precisamos de alguns agentes reguladores necessários para lidar em escala mundial com essa economia selvagem. A economia global nos propõe excelentes oportunidades, mas também algumas ameaças. Por que não nos debruçarmos sobre essa oportunidade e cuidarmos também de tais ameaças? Por que não podemos fazer melhores previsões? Por que não podemos melhorar

os instrumentos disponíveis para isso – instrumentos institucionais que tratem desses novos desafios?

Vou concluir lembrando-lhes que no fim da Segunda Guerra Mundial algumas pessoas de grande sabedoria – Lord Keynes, Bebin – proveram a criação de novas instituições: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional etc. Agora que nos aproximamos do novo milênio, por que não ter essa mesma visão – uma nova visão internacional, como costuma dizer muitas vezes o Primeiro-Ministro Blair? Por que não propor novas instituições ou ampliar, nas que já existem, a capacidade de enfrentar tais desafios?

Acredito que nossa imaginação é insuficiente para abordar esses desafios, mas acredito também que em torno desta mesa há pessoas que têm a vontade necessária para ordenar as suas burocracias que leem mais a sério a necessidade de implantar novas instituições, aptas a lidar com os novos desafios. E que provavelmente contarão com o apoio dos seus governos.

III – Durante a sessão As Democracias no Século XXI: Valores, Direitos e Responsabilidades

(Ao responder a uma pergunta do Professor N. Dorsen a respeito dos tópicos “Gender issues” e “Democracy in regional and international organisations”)

Serei breve na resposta. São duas questões fundamentais, as quais eu creio que, na verdade, podem ser respondidas à medida que nós entendemos que os valores que são válidos domesticamente para cada país devem ser válidos também nas relações internacionais. O Professor Dorsen chamou a atenção para alguns desses valores cruciais, que devem ser válidos domesticamente. Igualdade. Não apenas igualdade de oportunidades no que diz respeito ao mercado de trabalho, mas sobretudo igualdade no que diz respeito aos setores mais vulneráveis de cada sociedade. Mencionou alguns. Mencionou com muita ênfase a questão de gênero, a questão das mulheres.

Esta é hoje uma preocupação que é global, que atinge todos os países do mundo. Muitos progressos foram feitos, mesmo nos países que no

passado tinham uma tradição cultural mais restritiva em relação às mulheres. Mas, mesmo assim, são insuficientes. Dou o exemplo do meu próprio país. Embora hoje o acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, seja muito amplo, e a composição da força de trabalho no Brasil já esteja quase igualando a proporção entre homens e mulheres, quando se olha a distribuição do salário para qualificações iguais, trabalhos iguais, o das mulheres ainda continua sendo menor do que o dos homens. Sem mencionar que existe uma série de outros aspectos da questão de gênero que têm que ser tomados em consideração.

Por exemplo, o fato de que até hoje existem algumas restrições legais, que estão diminuindo crescentemente, mas que existem em relação à questão da responsabilidade civil das mulheres em comparação com a dos homens. Não obstante, acredito que, na temática da democratização, a questão do gênero está basicamente encaminhada. E o número de organizações femininas no país é crescente. Mas, ainda assim, quando se olha a estrutura de poder (basta olhar esta mesa), quando se olha a estrutura de poder nos partidos, nas câmaras de deputados, de senadores, a proporção de mulheres ainda é muito inferior à proporção de homens. Esta é uma agenda de democratização em que há muita coisa importante para ser avançada.

Eu ainda acrescentaria aos comentários do Professor outros aspectos de democratização doméstica que são importantes em países multirraciais, como é o caso do Brasil, como é o caso dos Estados Unidos, como é o caso de tantos países em que há ainda muito por fazer no que diz respeito às minorias. O Presidente Clinton acabou de dizer, e eu concordo inteiramente com ele, que a democracia não se caracteriza apenas pela regra da maioria, mas se caracteriza também, e substancialmente, pelo respeito às minorias e pela participação das minorias. Pois bem, no caso dos negros no meu país, os esforços são grandes, mas ainda assim não se pode dizer que existe uma situação de igualdade. Basta ver as universidades, basta olhar, não digo apenas o corpo docente, os professores, mas os estudantes, para comprovar que a proporção é muito menor.

Quando se olha para a questão da igualdade de oportunidades, sobretudo em termos de distribuição de renda, se quisermos saber no Brasil

onde encontrar um setor mais pobre, basta olhar as camadas que estão no interior, na agricultura, nas regiões mais pobres localizadas no Nordeste, e perguntar se são homens ou mulheres os chefes de família. Se forem mulheres, e se a mulher for negra, certamente a renda será uma das mais baixas no país. Há, portanto, muita luta para ser travada no sentido da igualdade. Eu me referi diretamente ao Brasil, mas certamente essas questões são questões gerais que alcançam o conjunto da população.

Pois bem. Se existe certo esforço em tornar cada vez mais igualitárias as oportunidades; se é certo também, como no documento aqui trazido pelo Professor a respeito do nosso tema, que devemos chamar a atenção para a importância da idéia de igualdade, não apenas no sentido da igualdade tradicionalmente pensada em termos da renda, mas da igualdade em que o Estado deva considerar todos os cidadãos iguais, embora cada um tenha a sua individualidade; se é verdade que a igualdade continua a ser algo central na questão da democracia... o certo é que, no que diz respeito a gênero, no que diz respeito a raça, no que diz respeito a idade, temos que voltar a pensar as questões da igualdade como algo central na temática do que estamos chamando aqui de uma governabilidade progressista – *progressive governance*.

Mas se isso é verdade para os países, aplica-se também nas relações internacionais, e esta foi a segunda questão levantada pelo Professor. E aí, reiterando o que disse esta manhã, o déficit de governabilidade é enorme. Os grandes órgãos internacionais não são representativos. Eles são representativos do poder, e do poder num momento da história da humanidade, basicamente o poder tal como se configurou depois da Segunda Grande Guerra. Esses órgãos de governo do mundo – e governo é uma palavra forte para se falar sobre o mundo – são ainda deficientes em termos de igualdade.

Tomemos o Conselho de Segurança da ONU. O Conselho de Segurança dá assento permanente apenas aos vencedores da Segunda Guerra Mundial, aos detentores do poder nuclear. E quanto aos países que se desenvolveram e cresceram na cena internacional, só têm assento rotativo neste Conselho. Não têm, portanto, o direito de efetivamente estar nele, e, logo, diminui a legitimidade desse Conselho. Por outro lado, as

decisões que têm sido tomadas são quase sempre baseadas numa vontade de humanitária, para tentar resolver conflitos. E muitas vezes são tomadas deste ângulo, unilateralmente, porque falta uma base de legitimidade em termos de poder no plano mundial.

Isso se aplica não apenas nas decisões corretas, sobre guerras, mas também na prevenção de conflitos. Se nós tivéssemos mais representatividade em certos órgãos, quem sabe tivéssemos evitado a crise do Kosovo, a crise do Timor Leste, e outras matérias dessa natureza, que são graves. Mais ainda. Quando se passa do plano mais geral para planos individuais, como ainda agora, numa questão delicadíssima, das decisões dos tribunais de um país afetando pessoas que são sujeitos em outros países, se nós tivéssemos tomado com maior firmeza, como o Brasil conclamou em Roma, a decisão de criar um tribunal penal internacional para proteger os direitos humanos, mas que tivesse a legitimidade, a representação e o apoio consensual, nós não teríamos o embraço que temos de tomar decisões que são corretas, quem sabe, do ponto de vista da humanidade, mas que são discriminatórias do ponto de vista dos países que são objeto dessas decisões.

Alguma coisa está avançando. Eu me referi aqui, esta manhã, ao G-20, que é a ampliação do G-7, do G-8. O Chanceler Schröder mencionou a necessidade de a China, quem sabe, participar desse grupo. Eu concordo. Mas por que só a China? Não haveria outros critérios? Por que deveria haver um diretório para tomar decisões que vão afetar as finanças do mundo e que vão afetar decisivamente o destino de nações que têm milhões de pessoas submetidas a essas decisões? Não seria o caso de nós alargarmos a participação nesse foro? Eu não participo muito da idéia de que nós devemos criar novas instituições para suprir o déficit de governabilidade no plano mundial. Creio apenas que devemos aumentar a representação e a legitimidade das organizações existentes.

No debate desta manhã, que me pareceu frutífero, eu próprio coloquei as questões sobre o fluxo de capitais. O que disse o Presidente Clinton e o que disse o Primeiro-Ministro Tony Blair foram observações pertinentes. Eu creio que não tem sentido, por exemplo, desejar-se que haja menos fluxo de capitais. Acho que seria diminuir a capacidade

dos países em desenvolvimento de se beneficiarem da existência de uma economia global. O que tem que haver, idealmente, são melhores condições de *transparency and accountability*.

Só em inglês é que nos vêm esses conceitos. Nossa idioma ainda não está apto a utilizar rapidamente esses conceitos, mas nos nossos corações, nas nossas mentes, na nossa prática já estamos utilizando esses conceitos. Achamos também que é preciso evitar o que na linguagem dos economistas chama-se de *moral hazard*, ou seja, é preciso que as instituições que fazem empréstimos passem a tomar em consideração os riscos do que estão fazendo. Mas se os bancos dão empréstimos, encorajam os empréstimos e não tomam em consideração os riscos, por que, no momento da crise, aceita-se que os bancos se defendam melhor, e por que os países que tomam os empréstimos é que devem pagar a conta?

Esse *moral hazard* deve ser compartilhado. Desde que haja *transparency and accountability*, deve valer para todas as instituições globais, as dos países centrais, as dos países em desenvolvimento. E é preciso que haja uma institucionalização do Fundo Monetário, do Banco Mundial, do Bank of International Settlement. São essas instituições que devem sofrer uma transformação.

Acho que esse é o caminho da democratização. Acho que é o caminho que vai nos poder levar, isso sim, a apoiar esse imenso desenvolvimento novo, esses trilhões de dólares que se movimentam a cada dia, e evitar que isso possa ter consequência negativa. Aumentando-se a base de legitimidade, ampliando-se a participação, haverá uma responsabilidade compartilhada e será possível reduzirmos o déficit de governabilidade no nível mundial.

IV – Durante a sessão As Democracias no Século XXI: Valores, Direitos e Responsabilidades

(ao fazer um comentário final a título de conclusão)

Eu creio que está claro para todos nós que o século que está por findar foi um século de conflitos, de guerras, mas também foi um século de grandes realizações. O Presidente Clinton usou ontem uma ex-

pressão que tenho usado há algum tempo, e sob muita crítica, no meu país. Eu tenho dito que nós estamos no limite, como disse o Presidente Clinton, de um novo renascimento. Nada melhor para discutirmos esse novo renascimento do que estarmos aqui em Florença, neste salão magnífico que é uma criação do Renascimento.

No final de cada grande conflito que nós presenciamos neste século, não faltou uma visão nova do mundo, alguma idéia generosa. Depois da Primeira Grande Guerra, o Presidente Wilson propôs a Sociedade das Nações para garantir a paz. Depois da Segunda Guerra, Keynes e outros mais propuseram mecanismos para regulamentar os fluxos de comércio e de moedas, de tal maneira que não houvesse crises. Bretton Woods consagrou essas idéias. Mais tarde, Jean Monnet sonhou com a Europa unida. E a essas visões e a esses sonhos sempre seguiram instituições novas, instituições que se aperfeiçoam.

Eu acho que o século XX assistiu, portanto, à afirmação da liberdade, da democracia, do mercado. Fomos capazes de promover, até certo ponto, a paz e a prosperidade. Houve conflitos e exclusões. Mas evitamos o pior. Evitamos o holocausto nuclear.

E aprendemos neste século também que a contrapartida da liberdade tem que ser a responsabilidade. A da democracia tem que ser a participação, como eu disse aqui hoje, tantas vezes. E a do livre mercado, também, precisa ser o interesse público e o interesse social.

A globalização implica, portanto, que nós tomemos em consideração todas essas contrapartidas. Que essa visão criadora, uma espécie de nova *weltanschaung*, seja possível, e que nessa visão criadora, nesse novo mundo, possamos ordenar a nossa nova sociedade. Esse ordenamento tem que se estender ao convívio das nações. Não é possível mais apenas nós cuidarmos da democracia, da desigualdade de oportunidades, criar condições de desenvolvimento e prosperidade dentro de cada país. Temos que levar em conta que esses processos são interligados. Precisamos estender esses pensamentos ao convívio das nações, democratizar, como aqui foi dito, as relações internacionais e dar maior representatividade às instâncias de decisão. Precisamos aumentar a igualdade de oportunidades entre as nações.

A Rodada do Milênio que se aproxima, a reunião de Seattle, a discussão sobre o comércio internacional, tudo isso faz parte dessa visão nova de uma sociedade global que tem que ser mais democrática e que sabe que os fluxos de capital têm que ser ligados com a produção direta, com os fluxos do comércio e, portanto, precisam que haja algum limite à expansão desordenada dos mercados e às instabilidades que são geradas pelas crises financeiras.

Acreditamos, portanto, que existe um momento positivo para que estendamos ao plano global aquilo que foi feito em muitos países, sobretudo nos países hoje desenvolvidos, no plano doméstico.

Mas, para resumir, acho que a utopia para o século XXI não pode ser senão a de “radicalizar a democracia”. A expressão não é minha. É de Anthony Giddens, é uma expressão que eu gosto. É parecida com uma outra expressão de Giddens que tenho usado também, muitos usam, que alguns usaram aqui, Blair usou, “uma utopia realista”. Para que tenhamos uma utopia realista, não basta que tenhamos uma visão progressista do conjunto do mundo, da economia global. Devemos criar instituições que assegurem que essa utopia se realize. Se não, haverá uma distância muito grande entre o que nós queremos e o que nós fazemos.

O grande desafio do século XXI, e eu termino aqui, não é mais incluirmos os nossos valores: paz, liberdade, igualdade, oportunidade. É o de extinguirmos a pobreza no mundo. E já temos condições tecnológicas para isso, em um mundo em que a transformação do computador, da Internet, reduziu a noção de tempo e espaço, de sorte que o que se passa em qualquer parte do planeta repercute na outra de forma imediata. Em um mundo em que fomos capazes de dominar tantas técnicas, e em que produzimos um excesso de capital tão grande, não é possível que não tenhamos a capacidade não apenas de sonhar com o fim da miséria, mas de institucionalizar mecanismos que reduzam a pobreza.

E ainda hoje há 800 milhões de pessoas no mundo que estão abaixo da linha de pobreza. Passam fome. Mesmo nos países desenvolvidos ainda há milhões de pessoas nessas circunstâncias.

Sendo assim, se já dispomos das condições tecnológicas, se temos consciência dos problemas, eu terminaria fazendo referência a um

autor que talvez já não esteja mais na moda. Mas, no meu tempo, foi um autor muito influente quando queríamos abrir nossas cabeças, para sermos menos dogmáticos. Refiro-me a Antonio Gramsci, que falava em hegemonia. Dizia que “*le nozione de egemonia voleva dire che si bisogna piú una forza morale e intellettuale per cambiare il mondo*”. *Io credo che lo stesso conceto di egemonia vale per noi oggi.* Eu acredito nisto. Eu acredito que temos que utilizar as idéias reformadoras do mundo como uma força moral, como uma força intelectual para que possamos propagar essas idéias e transformá-las em instituições e em práticas.

Este é o sentido do nosso encontro aqui – criar um consenso ao redor dessas idéias que permitam uma revolução que não seja apenas moral, no sentido metafísico, mas no sentido muito concreto de “*to fill the gap between our hopes and our realities*”. *But I am trust ful that we will be able to lead the world to a better place*”.